

A construção da identidade surda em *O Grito da Gaivota*, de Emmanuelle Laborit: como e por quê?

Deucilania Tenório Sousa Carvalho¹

Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Teresina, PI, Brasil

Ediane Silva Lima²

Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Teresina, PI, Brasil

Resumo: Esta pesquisa objetiva analisar, na obra autobiográfica *O Grito da Gaivota*, traços, elementos e/ou aspectos da cultura e da identidade surda, tendo em vista a necessidade de aprofundamento quanto à temática da surdez, assunto até então pouco conhecido e valorizado que leva os surdos a serem nomeados erroneamente e vistos, muitas vezes, com inferioridade. A pesquisa conta, como pressupostos teóricos, com trabalhos de Laraia (2005), Santana e Bergamo (2005), Strobel (2008), Perlin e Strobel (2014), Strobel (2016), entre outros. Quanto à metodologia, esta pesquisa classifica-se como documental, visto que recorre a fontes primárias; do tipo qualitativa, pois considera uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito; e descritiva, com a finalidade de descrever e analisar a obra de acordo com o objetivo geral. Os achados da pesquisa evidenciaram a presença de artefatos culturais que possibilitam a construção da identidade surda da personagem Emmanuelle Laborit.

Palavras-chave: Artefatos Culturais; Língua de Sinais; Cultura Surda; Identidade Surda.

Title: The Construction of deaf identity in the *O Grito da Gaivota*, by Emmanuelle Laborit: how and why?

Abstract: This research aims to analyze, in the autobiographical work *O Grito da Gaivota*, traces, elements, and/or aspects of deaf culture and identity, considering the need to deepen the theme of deafness, hitherto little-known and undervalued subject, leading the deaf individuals to be misnamed and often seen with inferiority. The research is grounded in theoretical assumptions from works by Laraia (2005), Santana and Bergamo (2005), Strobel (2008), Perlin and Strobel (2014), Strobel (2016), among others. Regarding the methodology, this research is classified as documentary as it uses primary sources; qualitative, as it considers the dynamic relationship between the real world and the subject; and descriptive, as it aims to describe and analyze the work according to the general objective. The research findings showed the presence of cultural artifacts that enable the construction of the deaf identity of the character Emmanuelle Laborit.

Keywords: Cultural Artifacts; Sign language; Deaf Culture; Deaf Identity.

¹ Graduada em Letras Português pela Universidade Estadual do Piauí. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1301-6776>. E-mail: deucilaniacarvalho@aluno.uespi.br.

² Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Piauí. Professora de Libras da Universidade Estadual do Piauí e Coordenadora e membro do Grupo de Pesquisa em Línguas de Sinais do Piauí-GELSPI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4104-9025>. E-mail: edianesilva@ccm.uespi.br.

Introdução

É por meio da cultura que um povo se identifica, constitui e tem a marca de identidade. Há uma estreita relação entre indivíduo e sociedade, sendo suas experiências de vida influenciadas pela cultura e pela visão de mundo de determinado grupo, o que atesta seu caráter histórico e cultural. Assim sendo, a cultura surda auxilia na construção da identidade da pessoa surda. Nesse contexto, os artefatos culturais aqui explorados configuram-se como produções dos sujeitos surdos no seu modo de ser, ver, entender e transformar o mundo. Dentre os artefatos culturais, temos a literatura surda, que se utiliza de diversos gêneros literários de modo a obter representatividade e lugar de fala do sujeito surdo. Dentro da obra autobiográfica denominada “O Grito da Gaivota”, alvo de análise deste artigo, escrito pela autora surda Emmanuelle Laborit, ao descrever um relato sobre sua trajetória de vida, a personagem destaca a importância de o indivíduo surdo reconhecer-se como tal, tendo em vista que uma das principais barreiras para o exercício de poder do sujeito surdo é a inexistência de uma identidade – a omissão e o não reconhecimento da surdez.

Diante disso, analisou-se a construção da identidade surda em *O Grito da Gaivota* a fim de, situado nesse contexto social, traçar os seguintes questionamentos: os artefatos culturais presentes na obra direcionam para a construção da identidade linguística surda da personagem? Quais elementos narrados/descritos nesse relato autobiográfico representam a identidade surda?

Com o intuito de respondê-los, foram estabelecidos os seguintes objetivos: analisar, na obra autobiográfica *O Grito da Gaivota*, traços, elementos ou aspectos da cultura e da identidade surda; identificar os artefatos culturais presentes na obra; descrever os traços identitários internalizados pela personagem; e apresentar os elementos narrados que representam a identidade surda. O suporte teórico teve como base, além da obra autobiográfica, os autores Laraia (2005), Santana e Bergamo (2005), Strobel (2008), Perlin e Strobel (2014), Strobel (2016), entre outros.

A opção por essa temática deu-se em razão da necessidade de se aprofundar em um assunto até então pouco conhecido e valorizado. A análise da obra poderá proporcionar maior familiaridade com o tema, possibilitando uma abordagem adequada ao indivíduo surdo, além de contribuir para o aprimoramento da prática de convívio com as diferenças.

Cultura Geral: conceitos e aspectos antropológicos

A antropologia surgiu como uma ciência biológica no início do século XIX e, graças ao trabalho de evolucionistas, a partir da sexta década do século, foi se transformando em uma ciência social. Foi apenas no século XX, graças à teoria da cultura, que ela realmente se transformou em uma ciência social (LARAIA, 2005).

No Ocidente, durante séculos, o homem foi considerado o último ato da criação divina, um ser à parte da natureza. A classificação zoológica do naturalista sueco Lineu retirou o homem do seu “pedestal” e o colocou-o na ordem dos primatas. O ato de Lineu ocorreu no

século XVIII, quando a explicação da natureza do homem tinha forte influência no desenvolvimento da biologia. Um contemporâneo de Lineu, o conde de Buffon, tornou-se o fundador da antropologia, quando publicou sua obra em 1749, relacionando problemas que considerava de interesse antropológico: a espécie, sua existência e variações; as relações entre os homens e os animais; e as raças humanas.

Ainda conforme Laraia (2005), na segunda metade do século XIX, a antropologia começou a se consolidar como uma disciplina acadêmica. Até então, para Laraia (2005, p. 322), uma ciência natural “comparativa do homem, que trata de suas diferenças e das causas das mesmas, no que se refere à estrutura, função e outras manifestações da humanidade, segundo o tempo, variedade, lugar e condição”, era considerada a história natural do gênero Homo, havendo, em seu discurso, forte influência de conceitos biológicos e paradigmas evolucionistas. As diversidades de comportamento e de desenvolvimento social, existentes entre as diferentes sociedades humanas, levaram os antropólogos a buscar explicações científicas.

Na sexta década do século XIX, houve a ruptura de uma parte da antropologia que seguia rumo a sua definição como ciência social. Para Durham (2004), o conceito de cultura foi construído em função de problemas específicos da investigação antropológica devido a um conjunto de pressupostos do modo com o qual a antropologia concebeu seu objeto de estudo e

[...] definiu os problemas básicos do trabalho de campo. Esses pressupostos foram construídos de modo a encaminhar soluções para uma indagação central: qual o significado de costumes estranhos e aparentemente incompreensíveis observados em sociedades diferentes da nossa? (DURHAM, 2004, p. 258).

Em 1871, Edward Tylor publicou “Cultura Primitiva”, livro que se tornou importante por conter a primeira definição do conceito de cultura que foi formulado do ponto de vista antropológico. Segundo Tylor (1871), cultura, em seu amplo sentido etnográfico, é todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Além disso, o autor procurou demonstrar que a cultura, por se tratar de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, pode ser objeto de estudo sistemático, permitindo uma análise capaz de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução.

Conforme Laraia (2001), outro antropólogo, Alfred Kroeber, mostrou como a cultura atua sobre o homem. Segundo Kroeber, graças à cultura, o homem distanciou-se do mundo animal e passou a ser considerado um ser acima de suas limitações orgânicas. Apesar da importância de seu equipamento biológico e da necessidade de satisfazer um número determinado de funções vitais, comuns a toda humanidade, a maneira de satisfazê-las varia de uma cultura para outra. O homem deve ser considerado um ser predominantemente cultural e os seus comportamentos não são biologicamente determinados, pois os seus atos dependem de um processo de aprendizado.

Assim sendo, o meio cultural pelo qual o homem é socializado o humaniza enquanto

indivíduo social porque:

[...] Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 2001, p. 47).

A antropologia moderna, segundo Laraia (2005), derrubou os dogmas que vinculavam o comportamento humano ao desenvolvimento biológico – e que privilegiavam os pertencentes às “raças superiores” – e comprovou que ele é determinado pelos códigos culturais. Dessa forma, reafirmou o princípio da igualdade da mente humana expresso pela aptidão que cada ser humano tem de aprender, enquanto impugnava qualquer tipo de hierarquização das diferentes sociedades. Em se tratando do povo surdo, o sentimento de pertencimento a uma cultura surda confere-lhes uma identidade cultural, a qual foi por muito tempo ignorada e desvalorizada, excluindo o direito de terem sua diferença considerada.

Cultura surda sob o ponto de vista histórico-social

De acordo com Nóbrega (2010), no decorrer da história, a ideia que a sociedade tinha sobre os surdos geralmente apresentava aspectos negativos, sendo comum o estereótipo de anormais, inferiores e diferentes. Isso era justificado porque acreditava-se que “faltava-lhes a propriedade essencial para a sociedade que é a linguagem oral e auditiva” (STROBEL, 2008, p. 32).

A autora surda brasileira Strobel (2008) afirma que a ausência do desenvolvimento de pesquisas científicas na área educacional fez com que os surdos, na antiguidade, fossem estereotipados como sujeitos com algum tipo de atraso na inteligência. Isso porque, na época, para ser aceito pela sociedade como uma pessoa normal era preciso falar e ouvir; dessa forma, os sujeitos surdos eram excluídos da vida social e educacional.

Para os gregos, a surdez era relacionada à falta de fala e audição. Assim, os sujeitos surdos não desenvolviam linguagem e, sem linguagem, não podiam desenvolver pensamentos; portanto, não poderiam aprender. Além disso, Strobel (2008) acrescenta, ainda, que os surdos eram considerados “como ineducáveis e incapazes, sendo privados de educação e isolados da sociedade por quase dois mil anos” (STROBEL, 2008, p. 82). Influenciados pelos gregos, os romanos viam os surdos como seres imperfeitos e, por isso, os surdos “eram impedidos de exercerem seus direitos legais, sendo excluídos da vida social, educacional e sem direitos de pertencer à sociedade” (STROBEL, 2008, p. 16). A Igreja Católica, na Idade Média, acreditava na inferioridade dos surdos, vigorando a ideia de que os surdos não possuíam uma alma imortal; eram destituídos da condição de educação e suas curas estavam ligadas às interferências milagrosas.

Uma série de condições (científicas, religiosas, políticas, sociais, econômicas) marcou a transição do Período Medieval para a Idade Moderna, influenciando em novas concepções

de mundo e de homem, assim como das pessoas com deficiência. De acordo com Nóbrega, “as explicações de mundo antes baseadas na fé passam a ser firmadas na razão, mas não em uma razão especulativa [...] e sim fundamentada em experimentos, em comprovações, por isso o grande valor atribuído à ciência” (NÓBREGA, 2010, p. 22).

O período histórico da Modernidade estabeleceu a concepção de deficiência à surdez sob os pontos de vista médico e científico. Diante disso, afirma Strobel (2008), especialistas passaram a intervir em busca de uma pretensa cura e, dentre as concepções da época, a filosofia oralista – que visa à integração da criança surda na comunidade ouvinte com ênfase na língua oral do país – tornou-se a mais adequada, sendo ratificada no século XIX pelo Congresso de Milão, o clímax da história dos surdos.

Perlin e Strobel (2008) mencionam o grande impacto que tal congresso teve na educação de povos surdos, e declaram que nenhum outro evento provocou uma turbulência séria na educação, no qual os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas, precisando abandonar sua cultura e identidade surda e submeter-se a uma “etnocêntrica ouvintista”, tendo de imitar os sujeitos ouvintes.

Strobel (2008) menciona que, enquanto a concepção clínico-patológica concebeu a surdez como uma deficiência a ser curada, a concepção socioantropológica a concebeu como “uma diferença a ser respeitada, considerando a pessoa surda como pertencente à uma comunidade minoritária com direito à língua e cultura própria” (STROBEL, 2008, p. 36).

Assim como ocorre com as diferentes culturas, a cultura surda é o padrão de comportamento compartilhado por sujeitos surdos na experiência trocada com seus semelhantes. Isso origina, segundo Perlin e Strobel (2014, p. 25), “a identificação de pertencer a um povo distinto, caracterizado por compartilhar língua de sinais, valores culturais, hábitos e modos de socialização”.

Dentro da história cultural dos surdos há vários artefatos culturais, como a experiência visual, a linguística, a literatura surda, a vida social e esportiva, as artes, a política e outros, segundo Strobel (2016). Conforme a autora, o conceito de “artefatos” não se refere “apenas a materialismos culturais, mas àquilo que na cultura constitui produções do sujeito que tem seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o mundo” (STROBEL, 2016, p. 44).

Perlin e Strobel (2014) afirmam que, para o sujeito surdo ter acesso a informações e conhecimentos para estabelecer sua identidade, é essencial criar uma ligação com o povo surdo, o qual usa a sua língua em comum: a língua de sinais. No que se refere à identidade do surdo, sua constituição é interativa e social, estando não apenas relacionada à língua de sinais, “mas sim à presença de uma língua que lhes dê a possibilidade de constituir sua própria subjetividade pela linguagem e às implicações dessa ‘constituição’ nas suas relações sociais” (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 570). Isso ocorre porque, em contato com outro surdo que também use a língua de sinais, novas possibilidades interativas surgirão, assim como de diálogo, compreensão e aprendizagem, as quais não seriam possíveis apenas por meio da linguagem oral. Ainda, segundo Santana e Bergamo, “a aquisição de uma língua, e de todos os mecanismos afeitos a ela, faz com que se credite à língua de sinais a capacidade de ser a única capaz de oferecer uma identidade ao surdo” (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 567).

Desenvolvimento Linguístico

Sendo a língua importante para a formação da identidade de uma sociedade, constituem-se – língua e sociedade – em duas grandes entidades que se relacionam em um sistema de influências. Benveniste (2006) afirma que tanto a língua como a sociedade são herdadas e representadas naturalmente e não podem ser modificadas por desejo individual. Silva e Sousa (2017) ainda ressaltam que o desenvolvimento linguístico não é um processo centrado na individualidade, isso porque “o falante em si não é o senhor de sua língua, ele não fala a língua que deseja, mas a língua que lhe é possível falar, com as formas verbais próprias de sua comunidade linguística, que também é social, cultural e econômica” (SILVA; SOUSA, 2017, p. 260).

Segundo Lodi (2004), a respeito do retrocesso e estagnação nas conquistas da população surda ocasionados pelo Congresso de Milão em 1880, a resistência surda opôs-se à tradição oralista. Através de resultados de pesquisas científicas, o linguista William Stokoe lançou a hipótese de que a língua utilizada pelo povo surdo poderia ser uma língua genuína, completa e natural, com estrutura gramatical específica em seus níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos (SANTANA, 2007). Para Sacks (2010), a língua de sinais, além de expressiva, permite enunciar de modo essencial qualquer coisa que possa ser dita na língua falada.

A história da educação dos surdos, marcada pelo etnocentrismo e pela colonização ouvinte e tradição oralista, ocultou por muito tempo aspectos linguísticos e culturais próprios à surdez. Nos dias atuais, há o consenso de que inexiste no surdo qualquer tipo de deficiência cognitiva ou linguística e, segundo Rocha *et al.* (2007), os circuitos neurais para as línguas de sinais funcionam de maneira semelhante ao processamento cerebral das línguas orais: do lado esquerdo do cérebro. É importante mencionar que um possível atraso na aquisição e desenvolvimento da linguagem pode ocorrer devido a questões contextuais e não neurofisiológicas, a exemplo de crianças surdas de zonas rurais não expostas a um ambiente social propício à aquisição da linguagem. O que existe, então, é “uma diferença no sistema linguístico de comunicação, na aquisição da linguagem e nos modos de socialização que acaba sendo interpretada como deficiência” (RIBEIRO, 2008, p. 33), pois, conforme Góes (1999): “o desenvolvimento da criança surda deve ser compreendido como processo social, e suas experiências de linguagem concebidas como instâncias de significação e de mediação nas suas relações com a cultura, nas interações com o outro (GÓES, 1999, p. 37).

Acerca da importância da aquisição da linguagem, Lustosa *et al.* (2016) mencionam que a língua possibilita ao homem o acesso à cultura, transformando-o, direcionando-o e fazendo com que se sinta inserido social e culturalmente. Quadros (2008), ao discorrer sobre pressupostos em uma proposta bilíngue-cultural para o ensino de pessoas surdas, apresenta-os como uma proposta que parte de diretrizes linguísticas, porém sem deixar de incorporar ao bilinguismo aspectos do desenvolvimento psico-sociocultural do indivíduo. Quadros afirma que:

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. Se há um dispositivo de aquisição de linguagem comum a todos os seres humanos que precisa ser acionado mediante a experiência linguística positiva, visível à criança, então a criança surda brasileira deve ter acesso à LIBRAS o quanto antes para acionar de forma natural esse dispositivo. A língua portuguesa não será a língua que acionará naturalmente o dispositivo devido à falta de audição da criança. Essa criança até poderá vir a adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com a LIBRAS (QUADROS, 2008, p. 27).

É importante mencionar que a cultura na qual a criança está inserida deve ser levada em consideração, pois a comunidade surda tem uma cultura própria que deve ser respeitada e cultivada, enquanto a comunidade ouvinte também tem a sua. Assim sendo, Quadros (2008) afirma que, além de bilíngue, a proposta educacional também deve ser bicultural, de forma a permitir o acesso rápido e natural da criança surda à comunidade ouvinte, fazendo com que ela se reconheça como parte de uma comunidade surda.

Identidade Surda

A hegemonia de uma filosofia oralista sobre os surdos nos aspectos educacionais e terapêuticos, a modulação da identidade surda pela ótica ouvinte, a crença de que o surdo só poderia aprender e desenvolver-se intelectual e linguisticamente através da língua oral e a proibição da língua de sinais estabelecida no Congresso de Milão em 1880 podem ser entendidos, segundo Nóbrega *et al.* (2012), como “um marco histórico da consolidação dessa perspectiva epistemológica de abordagem na educação de surdos, de sua socialização e da constituição de sua identidade” (NÓBREGA *et al.*, 2012, p. 673-674). Dessa forma, estabeleceu-se, como norma, a superioridade da fala em detrimento de outras formas de comunicação do surdo.

O conceito culturalmente construído, relacionado à identidade surda em contraposição à identidade ouvinte, mostra-se importante para a compreensão dos significados atribuídos à surdez pela própria comunidade surda, assim como as políticas públicas importantes para o cotidiano do surdo. Nesse contexto, ser surdo significa “acessar o mundo essencialmente pela experiência visual” (NÓBREGA *et al.*, 2012, p. 674). A vivência visual do mundo constitui uma característica fundamental da identidade do surdo e o seu modo de ser. Logo, a experiência física da perda de audição torna-se secundária na representação da surdez, não sendo conceituada pela ausência do sentido da audição ou como deficiência, mas firmando-se em componentes culturais e linguísticos. Nesse aspecto, Nóbrega *et al.* (2012) afirmam que a pessoa é considerada surda não porque tem perda de audição, mas porque compartilha experiências comuns na comunidade surda – percepção e comunicação visual (língua de sinais).

Strobel (2008) considera que é no interior de uma cultura, dos discursos produzidos, das representações compartilhadas e dos significados atribuídos que uma identidade é construída e compartilhada socialmente. O sujeito surdo percebe-se como possuidor de uma

identidade surda, presente em uma cultura que se diferencia das outras. Identidade, cultura e língua de sinais compõem-se como uma unidade definidora da surdez, e “ser surdo passa a ser uma questão antes de identidade do que biológica” (NÓBREGA *et al.*, 2012, p. 674).

Para Perlin (1998), o convívio do surdo com a comunidade surda constitui-se como primordial para a constituição das identidades surdas. Nessa comunidade, “outras experiências serão compartilhadas, propiciando aos surdos a possibilidade de se representarem como sujeitos capazes e culturais” (PERLIN, 1998, p. 14); é no encontro do surdo com o seu semelhante que a formação ou transição das identidades surdas ocorrem.

A identidade não pode ser vista como inerente às pessoas, mas sim como resultado de práticas discursivas e sociais em circunstâncias sócio-históricas particulares. O modo como a surdez é concebida socialmente também influencia a construção da identidade. O sujeito não pode ser visto dentro de um “vácuo social”. Ele afeta e é afetado pelos discursos e pelas práticas produzidos (SANTANA; BERGAMO, 2005, p. 571).

É no encontro surdo-surdo que o indivíduo, muitas vezes sem contato com o outro que é igual, isto é, com deficiência auditiva, reconhece-se como surdo, ou melhor Surdo, com “S” maiúsculo, passando a pertencer à comunidade surda. É essa identidade, resultante desse encontro, que se constrói e firma-se como representatividade dessa cultura surda.

Para Dizeu e Caporali (2005), o convívio do sujeito surdo apenas com a comunidade ouvinte, sem contato com outros surdos, tende a fazer com que sua surdez seja ocultada e depreciada. Portanto, é importante que o surdo se relacione com seus pares, mantendo-se integrado com sua comunidade, porém sem se isolar da comunidade majoritária. Tal interação objetiva a constituição da identidade surda de se aceitar como uma pessoa normal, com potencialidades e limitações.

Portanto, observa-se que a construção da realidade social e o descobrimento de si ocorre por meio das interações sociais e culturais nas quais o indivíduo surdo passa a perceber-se e identificar-se com seus pares ao estabelecer contato com sua comunidade surda, conquistando, assim, um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico de sua própria identidade.

Artefatos culturais e Identidade Surda presentes em O Grito da Gaivota

O Grito da Gaivota é uma obra autobiográfica de Emmanuelle Laborit, publicada em 1994 e composta por vinte e sete capítulos, cada um deles evidenciando momentos que marcaram a vida da personagem e a levaram à sua emancipação.

Laborit é surda profunda e sua obra traz um relato das dificuldades, do preconceito e das suas descobertas desde criança no mundo dos surdos. Filha de pais ouvintes, encontrou, desde o início, dificuldades para se comunicar com as pessoas ao seu redor. Estabeleceu, com sua mãe, uma comunicação através de “sinais caseiros”, que consistiam em imitações e mímicas que a autora chamava de “umbilical”. Por outro lado, não havia essa mesma facilidade de comunicação com seu pai. O título do livro, segundo a autora, origina-se do

apelido de “Gaivota” que seus pais lhe deram pelo fato de emitir sons semelhantes aos sons de aves marinhas.

De acordo com Strobel (2008), é por meio da cultura que um povo se identifica, constitui e integra, dando-lhe a marca de pertencimento, de identidade. Portanto, a existência de uma cultura surda ajuda a construir as identidades das pessoas surdas dentro da sociedade.

A cultura surda é marcada por peculiaridades e determinada pela existência da língua de sinais, do jeito surdo de ser diferente, de viver e de entender o mundo. Perlin e Strobel (2008) afirmam que “o conceito de cultura surda por vezes sofre com a predominância de uma cultura única, no entanto ela é produzida no momento da diferenciação, ocasionando quebra do domínio culturalista” (PERLIN; STROBEL, 2008, p. 30).

Dentre as peculiaridades que marcam a cultura surda, Strobel (2016) menciona os “artefatos culturais”, que se constituem como mais do que apenas objetos ou materiais produzidos pelos grupos culturais, mas também como tudo o que se vê e sente quando se está em contato com a cultura de uma comunidade (materiais, vestuário, tradições, maneira pela qual um sujeito se dirige a outro, valores, normas etc.). Strobel (2016) propõe a existência dos seguintes artefatos culturais: Experiência Visual, Desenvolvimento Linguístico, Família, Literatura Surda, Vida Social e Esportiva, Artes Visuais, Política e Materiais. Tais artefatos são contextualizados na obra *O Grito da Gaivota*.

O artefato cultural “Experiência Visual” refere-se à utilização da visão (em substituição total à audição) como meio de comunicação. Strobel (2016, p. 45) afirma que “os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos e de tudo o que ocorre ao redor deles” (STROBEL, 2016, p. 45). Tal artefato é amplamente mencionado na obra de Laborit. Em várias passagens de sua obra, é perceptível a necessidade de firmar-se como pertencente a um grupo social que explora o campo visual para comunicar-se, ou seja, expressar-se em sua língua de sinais, como em:

“Vou sozinha ao banheiro”. Na realidade, não o disse à minha mãe. Disse aquela frase para mim mesmo. Habitualmente, vou sempre acompanhada pela minha mãe. Mas estamos em casa de amigos, ela está entretida a conversar, não me presta atenção e eu resolvo desvincular-me sozinha. Entro no banheiro e fecho-me por dentro, como um adulto. Não consigo sair. Talvez eu tenha emperrado o fecho, talvez o tenha entortado, não sei. Ponho-me aos gritos, aos gritos e aos murros na porta. Fechada, sem conseguir sair. É angustiante. A minha mãe está ali, atrás da porta; ela ouviu o barulho, mas eu, claro, não sei nada disso. De repente, a comunicação caiu completamente. Há um verdadeiro muro entre mim e a minha mãe. É assustador. Tenho a certeza de que a minha mãe tentou acalmar-me, deve ter dito: ‘Não te aflijas, fica calma’. Mas como não a vejo, também não a ouço. E julgo que ela ficou conversando com a amiga, que estou sozinha. Fico apavorada. Vou ficar toda a vida fechada naquele cubículo, aos gritos no silêncio! (LABORIT, 2000, p. 24).

Nesse mesmo seguimento, Strobel (2016) cita crianças surdas que não têm contato com sujeitos surdos adultos e nem com a comunidade surda. Tal criança, como qualquer outra, tem seus pensamentos cheios de curiosidade e dúvidas sobre o que acontece ao seu redor; porém, ao ser a única surda em sua família composta por pessoas ouvintes, a barreira da comunicação impede que suas curiosidades sejam satisfeitas, podendo surgir

questionamentos e dúvidas, tais como “eu vou crescer?”, “eu vou ser adulta?”, “eu vou morrer cedo?”.

Em sua obra, Laborit (2000) traz esses questionamentos quando aborda passagens de sua infância, relatando, por exemplo, que não entendia que era diferente dos outros – os ouvintes. Chegava, muitas vezes, a imitar seus movimentos da boca, acreditando que deveria comportar-se assim dentro do seu ambiente familiar. Há, ainda, outros momentos em que ela descreve o “rompimento” social com o mundo dos ouvintes e se descobre pertencente a outro grupo, o dos surdos:

Alfredo é, pois, surdo, não usa aparelho e ainda por cima é adulto. Creio que levei algum tempo a compreender aquela tripla bizarria. Em contrapartida, aquilo que compreendi de imediato foi que não estava só no mundo. Revelação que foi um choque. Um deslumbramento. Eu, que me julgava única e destinada a morrer criança, como imaginam tantas crianças surdas, descubro que tenho um futuro possível, uma vez que Alfredo é adulto e surdo. Esta lógica cruel dura enquanto as crianças surdas não se cruzam com um adulto surdo. Necessitam dessa identificação com o adulto, necessitam de forma crucial. É preciso convencer todos os pais de crianças surdas que têm que as pôr em contacto com adultos surdos o mais cedo possível, desde a nascença (LABORIT, 2000, p. 34).

É possível observar, no trecho acima, o artefato cultural “Experiência Visual”, quando a autora fala que visualizar um adulto surdo sem aparelho auditivo e capaz de se comunicar consistiu, para ela, em um choque, ao passo que esclareceu o equívoco que existia em sua mente. Nesse momento, os questionamentos da autora puderam ser respondidos: ver um adulto surdo se comunicar em língua de sinais foi crucial para compreender a importância da participação dos pais na formação linguística da criança surda e o quanto o contato surdo-surdo é imprescindível.

O artefato cultural “Desenvolvimento Linguístico” diz respeito à língua de sinais, que, segundo Strobel (2016), é uma das principais marcas da identidade do povo surdo e uma das peculiaridades da cultura surda, pois “é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe aquisição de conhecimento universal” (STROBEL, 2016, p. 53). Laborit (2000) aponta a importância da língua de sinais em sua vida, ao destacar que, ao comunicar-se através de sua língua, apesar de uma minoria linguística, assume uma posição de destaque em contraposição à de pessoa com surdez, isto é, deficiente e, conseqüentemente, incapaz.

E o surdo, somente com o contato tardio com essa língua de sinais, não poderá assumir o papel relevante para seu empoderamento e posicionamento diante da sociedade ouvintista. Tal como descreve a autora ao relatar que:

Mas a Emmanuelle surda não sabia que era ‘eu’ ou ‘mim’. Compreendeu-o com a língua gestual, e agora sabe. Emmanuelle agora pode dizer: ‘Chamo-me Emmanuelle’. Que felicidade, essa descoberta! Emmanuelle já não é aquele duplo cujas necessidades, desejos, recusas, angústias, tinha tanto trabalho em explicar. Descubro o mundo que me rodeia e eu estou no meio do mundo. Foi também a partir desse momento, ao conviver com adultos surdos, que deixei completamente de pensar que ia morrer. Deixei mesmo de pensar nisso. E foi o meu pai quem me

ofereceu esse magnífico presente. Foi como renascer, como uma vida que começa. O primeiro muro a ser derrubado. Existem ainda alguns à minha volta, mas a primeira brecha na minha prisão já se abriu, vou compreender o mundo com os olhos e as mãos (LABORIT, 2000, p. 37).

No relato acima, fica evidente a formação da subjetividade da autora através do conhecimento da sua língua e da capacidade de usá-la. Ao destacar que, na sua infância, enfrentou dificuldades na comunicação, infere-se que para o surdo compreender as palavras é difícil, haja vista que a aquisição da linguagem não se dá na particularidade do indivíduo, segundo Silva e Sousa (2017). Daí a importância que a criança surda seja inserida na comunidade surda para que entenda que o ouvinte se comunica e o surdo também. A criança surda deve estar inserida em um processo linguístico adequado para a formação da identidade surda, conferindo-lhe a capacidade da linguagem. É necessário que o surdo não seja isolado do seu grupo e que possa adquirir a língua que lhe é própria, a língua de sinais.

O artefato cultural “Família” tem grande influência no desenvolvimento do sujeito surdo e diz respeito à relação estabelecida entre o indivíduo surdo e sua família. Strobel (2016) afirma que, em famílias surdas, o nascimento de uma criança surda é um acontecimento alegre, sendo a criança não vista como um “problema social”, como ocorre com a maioria das famílias ouvintes. Os pais surdos, seguros de sua identidade cultural, têm condições de oferecer à criança suporte, encorajamento e meios para existir e contribuir como um membro íntegro da sociedade. Por outro lado, nas famílias ouvintes diante do diagnóstico de surdez na criança, existe a frustração e as esperanças de “cura” da “deficiência”. Ainda conforme Strobel (2016, p. 60), “a criança surda corre o risco de se desenvolver sem qualquer tipo de comunicação concreta, seja ela falada ou gestual”; em consequência a criança pode desenvolver problemas “de identidade, de adaptação emocional e até mesmo de saúde mental”.

Na obra *O Grito da Gaivota*, percebe-se que, na família, a autora encontrou um ambiente compreensivo e acolhedor, onde logo cedo seus pais ouvintes procuraram meios de comunicação com a filha, como exposto no seguinte trecho:

Creio que os adultos que ouvem e que privam os filhos da língua gestual nunca conseguirão entender o que se passa na cabeça de uma criança surda. Há a solidão e a resistência, a sede de comunicar e por vezes a ira. [...] Eu tive a sorte de ter estes pais. Um pai que se precipitou para Vincennes para aprender a mesma língua que eu, e uma mãe que o seguiu. Que não bate nas mãos sem compreender quando eu gesticulo: ‘Amo-te, mãe!’. A maior parte das crianças da minha classe são filhos de adeptos da oralização. Nunca irão para o curso de língua gestual de Vincennes. Vão levar anos a tentar transformar as suas gargantas em caixas-de-ressonância, a fabricar palavras cujo sentido nem sempre conhecem (LABORIT, 2000, p. 42-43).

O relato acima evidencia que a família precisa valorizar a língua de sinais, bem como a aquisição dela. É necessário que, tanto em ambiente familiar quanto escolar, a criança surda seja respeitada, incluída e não tratada com indiferença. Os direitos linguísticos do povo surdo conferem-lhe igualdade. As escolas bilíngues permitem a criação de espaços que respeitam a autonomia da língua de sinais através da criação de um plano educacional que não afete a

experiência psicossocial e linguística da criança surda, como já mencionado por Quadros (2008). Nos dias atuais, o Decreto nº 5.626/2005 trouxe importantes inovações para a educação dos surdos – identifica os surdos como aqueles que interagem com o mundo por meio de experiências visuais e manifestam sua cultura principalmente através da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Já a Lei nº 10.436/2002 oficializa a língua de sinais como língua de uso dos surdos e assegura a obrigatoriedade da disciplina de Libras em alguns cursos universitários.

O próximo artefato a ser aqui analisado é a “Literatura Surda”. Esta diz respeito às várias experiências pessoais do povo surdo que, muitas vezes, expõem “as dificuldades e/ou vitórias das opressões ouvintes, de como se saem em diversas situações inesperadas, testemunhando as ações de grandes líderes e militantes surdos, e sobre a valorização de suas identidades surdas” (STROBEL, 2016, p. 68). Quanto a esse artefato, na obra de Laborit (2000), podemos observar que, na nota ao leitor, é descrito o seguinte:

Mais por aquilo que não é dito do que pelo que está expresso nestas breves linhas, fez sentido à AFAS – Associação de Famílias e Amigos dos Surdos e a Caminho jogar este livro nas livrarias, acreditando que de alguma forma ele venha a ser um enorme grito. Aqueles que sabem o que é ser surdo, numa sociedade ainda não suficientemente amadurecida, nem preparada, certamente, rever-se-ão em algumas situações, identificar-se-ão com muitos dos sentimentos e terão para si mais do que uma leitura, mais do que uma história, mais do que um exemplo, pois ganharam um depoimento que por ter sido impresso e tornado público deixou de estar na sombra do desconhecido. Mas para si que é ouvinte e pouco contactou com a comunidade surda, esperamos sinceramente que este livro o toque, o incomode e o revolte na percepção de como, muitas vezes, sem intenção e apenas por ignorância, nós fomos cúmplices destes isolamentos, nós, de facto, prendemos inocentes (LABORIT, 2000, p. 4-5).

O trecho citado reforça a importância da literatura produzida pelo povo surdo, que se constitui como instrumento de representatividade e valorização cultural e também como meio de resistência cultural, pois por tanto tempo os escritos acerca dos surdos advinham de escritores ouvintes, que desconheciam as peculiaridades inerentes ao povo surdo e à sua cultura. A literatura surda é feita do surdo para o surdo.

Strobel (2016) refere-se ao artefato cultural “Vida Social e Esportiva” como os acontecimentos culturais – eventos e atividades – tais como casamentos entre os surdos, festas, eventos esportivos, entre outros. A importância de tal artefato reside no impulso que pode proporcionar para discussões a respeito da identidade cultural surda, perpetuando tradições e valores que foram constituídos historicamente.

A obra de Laborit (2000) confirma esse artefato cultural ao relatar, em algumas passagens, a necessidade do surdo aprender sobre inúmeras questões através da sua língua de sinais, tal como descrito na seguinte passagem:

Um amigo meu, Bruno Moncelle, propôs-me a fazer parte de um grupo de voluntários, criado em 1989, no seio da Associação AIDES. Juntamente com outros surdos, recebi formação para melhor conhecer a doença e estudar com eles a melhor maneira de espalhar a informação na nossa comunidade (LABORIT, 2000, p. 112).

No relato acima, observa-se a autora elucidar a importância da sua participação em campanhas em prol da divulgação de temáticas pouco conhecidas pelo povo surdo em decorrência de anúncios voltados apenas para a população ouvinte. Nesse contexto, a autora combate a dificuldade imposta pelos anúncios publicitários que não disponibilizavam legendas televisivas de informação médica, o que a fez se engajar em grupo voluntário (AIDES) para obter melhor esclarecimento do que seria a AIDS e sobre sua transmissão, pois muitos surdos contraíram a doença e até morreram em decorrência da desinformação. Essa associação promovia reuniões nos centros educativos para explicar de forma acessível acerca da transmissão da doença.

O próximo artefato cultural, “Artes Visuais”, diz respeito às muitas criações artísticas feitas pelo povo surdo, que “sintetizam suas emoções, suas histórias, suas subjetividades e a sua cultura” (STROBEL, 2016, p. 82). Como o aspecto visual é a principal forma de expressão e percepção do sujeito surdo, a arte surda possibilita promover uma verdadeira reflexão social a partir da percepção do surdo, além da divulgação das crenças do povo surdo, com novas formas de olhar e interpretar a cultura surda. Em sua obra, Laborit (2000) revela seu sonho de ser atriz de teatro, sonho esse que foi realizado, o que lhe rendeu o prêmio Molière, sendo ela a primeira atriz surda a receber tal prêmio.

Na passagem a seguir, destaca-se o aspecto cultural vivenciado por ela e como esse processo é importante para a construção da sua identidade surda:

Tive sempre o sonho de ser atriz de teatro. Esse desejo entrou na minha vida absolutamente por acaso, quando era ainda pequena. Com oito ou nove anos fiz um estágio de teatro que durou quinze dias [...]. A minha ‘carreira’ no teatro começou com ele, com uma peça pequenina intitulada Viagem ao Fim do Metro. Era a história de uma menina que adormecia na carruagem e se esquecia de descer na estação [...]. A peça foi nomeada para o prêmio Molière. Leio nos jornais que Emmanuelle Laborit foi designada para o Prêmio Molière como revelação de teatro para o ano de 1993 (LABORIT, 2000, p. 104-137).

O artefato cultural “Política”, segundo Strobel (2016), consiste em diversos movimentos e lutas do povo surdo pelos seus direitos, tendo como principal exemplo as associações de surdos. Nesses espaços, “interesses comuns são compartilhados, além da luta pelos direitos judiciais e de cidadania” (STROBEL, 2016, p. 88-89). Em *O Grito da Gaivota*, Laborit (2000) reconhece a importância desse artefato para a tomada de medidas e ações direcionadas à Comunidade Surda.

No trecho abaixo, Laborit (2000) narra suas experiências no campo político ao participar ativamente de:

[...] manifestações a favor do reconhecimento da língua gestual. A meu ver, é positivo, construtivo. Quero que parem de proibir a minha língua, que as crianças surdas tenham o direito à educação completa, que seja fundada para elas uma escola bilíngue. É absolutamente necessário fazer a promoção da língua gestual em França, que o seu ensino não seja reservado a uma minoria, a uma elite e sobretudo que deixem de a proibir. Neste capítulo, a minha mãe deixa-me agir: ‘Se é importante para ti, vai em frente, avança!’ [...] De momento, é ali que funciona a nossa base, o

gueto onde se fala de tudo, se organiza tudo entre os surdos (LABORIT, 2000, p. 81).

Os artefatos culturais “Materiais”, conforme Strobel (2016, p. 94-95), são “resultantes da transformação da natureza pelo trabalho humano e que auxilia na acessibilidade na vida cotidiana de sujeitos surdos”. Na obra, podemos perceber a presença desse artefato, representado por um aparelho que tem a escrita como principal canal comunicativo. Isso conferiu à Laborit maior liberdade de comunicação com seus amigos, possibilitando mais autonomia.

No que diz respeito a esse fato, descreve o seguinte:

Chegou o Minitel! Objecto mágico. A comunicação sem intermediários. Choro de emoção. Mais uma forma de liberdade [...]. Este aparelho permite-me comunicar livremente com os meus amigos, por escrito. É um presente sumptuoso, uma libertação! [...] Vejo aquela espécie de máquina de escrever em miniatura acoplada ao telefone, com um ecrã de televisão. [...]. Pela primeira vez na minha vida, descobri o que é ser independente! (LABORIT, 2000, p. 79).

A identidade surda é interativa e social, e, nesse aspecto, pode-se observar, ao longo da obra *O Grito da Gaivota*, a construção de tal identidade por meio da vivência de Laborit com seus pares, suas experiências visuais, sua aceitação como pessoa surda e o aprendizado da língua de sinais (STROBEL, 2008).

Conforme é possível observar na passagem, quando afirma que:

Sou surda não quer dizer: ‘Não ouço’, quer dizer: ‘Compreendi que sou surda’. É uma frase positiva e determinante. Na minha mente, admito que sou surda, compreendo-o, analiso-o, porque me deram uma língua que me permite fazê-lo. Compreendo que os meus pais têm a sua própria língua, a sua maneira de comunicar e que eu tenho a minha. Pertença a uma comunidade, tenho uma verdadeira identidade. Tenho compatriotas. Em Washington os outros disseram-me: ‘Tu és como nós, és surda’. E fizeram o gesto que indica surdo. Nunca mo tinham DITO. E a revelação está ali, um conceito que eu nunca tinha construído na minha cabeça. Ainda estava numa definição a meu respeito, do gênero: ‘A Emmanuelle não ouve’. Depois de ter compreendido a palavra ‘eu’, Eu chamo-me Emmanuelle, naquela noite compreendi com a intensidade súbita de um relâmpago: ‘Sou surda’. Agora sei o que fazer. Faço como eles, uma vez que sou surda como eles. Vou estudar, trabalhar, viver, falar, pois eles fazem-no também! Vou ser feliz, pois eles também o são. Porque só vejo pessoas felizes à minha volta, pessoas com futuro. São adultos, têm um emprego; também eu um dia hei-de trabalhar. Tenho pois dons subitamente revelados, capacidades, possibilidades, esperança. Nesse dia cresci interiormente. Imensamente. Torno-me um ser humano dotado de linguagem. Os que ouvem utilizam a voz, como os meus pais; eu utilizo as mãos (LABORIT, 2000, p. 48-49).

No trecho acima, é possível observar o desenvolvimento da autopercepção da autora como sujeito surdo, bem como a sua constituição identitária e cultural, em decorrência da singularidade visual e linguística. Verifica-se também que, por meio da língua de sinais, a personagem compreende o mundo que a cerca, construindo pensamentos e reflexões. Laborit sempre procurou abrir um espaço igualitário para si e para o povo surdo, buscando a legitimação linguística cultural diferencial. Motivada pela valorização de sua “diferença”,

sempre demonstrou orgulho de suas condições culturais.

Dessa forma, a presença dos artefatos culturais na obra *O Grito da Gaivota* permite disseminar as particularidades do povo surdo a uma sociedade composta majoritariamente por ouvintes, com o objetivo de promover o reconhecimento da cultura surda e estimular a representatividade do sujeito surdo, além de proporcionar uma reflexão sobre a importância desses artefatos no cotidiano do indivíduo surdo.

Conclusão

Esta pesquisa buscou identificar, nos artefatos culturais presentes na obra *O Grito da Gaivota*, de Emmanuelle Laborit, a construção da identidade linguística surda e os elementos narrados/escritos nesse relato autobiográfico que representam a identidade surda, propostos por Strobel (2008).

Nesse percurso, pretendeu-se destacar trechos da obra que confirmam a presença de artefatos culturais em diversos momentos da vida da autora, destacando-se, ainda, traços identitários da comunidade surda narrados na obra que foram internalizados por Laborit, auxiliando na construção da sua própria identidade.

No decorrer das análises, os objetivos aos quais a pesquisa se propôs atender foram alcançados. Foi possível verificar, na obra, a presença de traços e elementos culturais representados pelos artefatos culturais que constituem a identidade surda e como estes contribuíram para a construção identitária da personagem, especialmente durante o aprendizado da língua de sinais, o reconhecimento da personagem como sujeito surdo e o contato com sua comunidade surda. Destaca-se também a luta da autora no reconhecimento e respeito à sua cultura e ao povo surdo diante de uma sociedade majoritariamente ouvinte e que desejava estabelecer a cultura ouvintista.

O material bibliográfico apresentou teorias e conceitos que auxiliaram na compreensão do tema, possibilitando a reflexão da repercussão dos artefatos culturais no cotidiano do indivíduo surdo e enfatizando a importância de considerar as particularidades do povo surdo e promover o reconhecimento da cultura surda, assim possibilitando a representatividade do sujeito surdo.

Por ser um tema bastante amplo e com potencial a suscitar outras discussões, abre-se espaço para outras reflexões de forma a disseminar e fortalecer essa temática, sendo este trabalho uma pequena contribuição nesta área de pesquisa.

Referências

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Tradução: GUIMARÃES, Eduardo *et al.* 2. ed. Campinas: Pontes Editora, 2006.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. *Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 20 jan. 2022.

DIZEU, L. C. T. B.; CAPORALI, S. A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educ. Soc.*, v. 26, n. 91, p. 583-597, 2005.

DURHAM, E. R. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. 1. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

GÓES, M. C. R. *Linguagem, surdez e educação*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

LABORIT, E. *O grito da gaivota*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LARAIA, R. B. Da ciência biológica à social: a trajetória da antropologia no século XX. *Habitus*, v. 3, n. 2, p. 321-345, 2005.

LODI, A. C. B. Uma leitura enunciativa da Língua Brasileira de Sinais: o gênero contos de fadas. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 20, n. 2, p. 281-310, 2004.

MOURA, M. C. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

NÓBREGA, J. D. *O mundo dos surdos: representações, cotidiano e políticas públicas*. 2010. 84 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

NÓBREGA, J. D.; ANDRADE, A. B.; PONTES, R. J. S.; BOSI, M. L. M.; MACHADO, M. M. T. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 671-679, 2012.

PERLIN, G. *Histórias de vida surda: identidades em questão*. 1998. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

PERLIN, G.; STROBEL, K. *Fundamentos da Educação de Surdos*. Florianópolis: UFSC, 2008.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História Cultural dos Surdos: desafio contemporâneo. *Educar em Revista*, Edição Especial, n. 2, p. 17-31, 2014.

QUADROS, R. M. *Educação de Surdos: Aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

RIBEIRO, M. C. M. A. *A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez*. 2008. 178 f. Tese (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letra, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ROCHA, F. T. Libras: um estudo encefalográfico de sua funcionalidade cerebral. ENSCER, [s. l.], [s.d.]. Disponível em: www.enscer.com.br/pesquisas/artigos/libras/libras.html. Acesso em: 20 jan. 2022.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Trad: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTANA, A. P. *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas*. São Paulo: Plexus, 2007.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e Identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Educ. Soc.*, v. 26, n. 91, p. 565-582, 2005.

SILVA, P. C. G.; SOUSA, A. P. Língua e Sociedade: influências mútuas no processo de construção sociocultural. *Revista Educação e Emancipação*, v. 10, n. 3, p. 260-285, 2017.

STROBEL, K. *As linguagens do outro sobre a cultura surda*. 4. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

STROBEL, K. *Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História*. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Linha de Pesquisa Educação e Processos Inclusivos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TYLOR, E. B. *Primitive Culture*. Londres: John Murray, 1871.

Recebido em: 30/09/2022.

Aceito em: 19/04/2023.